

ATA N.º 9/2012

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2012:

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, com a participação dos senhores Rogério Manuel Dias Cação (CDU), Américo de Araújo Gonçalves (PS) e Carlos Alberto Lourenço de Almeida (CDU), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, os senhores Henrique Bertino Batista Antunes (CDU), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Raul Fernando Conceição Santos (CDU), Floriano Serrano Sabino (CDU), António Filipe Monteiro Vitória (CDU), Silvino Doirado Conceição João (PS), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Ajuda, Atouguia da Baleia, Conceição, São Pedro, Serra d'El-Rei e Ferrel, e os senhores Anabela Correia Dias (PS), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Vítor Miguel Silva Delgado Marques (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), José António Bombas Amador (CDU), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), José António Leitão da Silva (PSD), Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Ademar Vala Marques (PSD), Anna Clara Leal Rodrigues (PSD), Arminda Glória Félix Martins Brás (CDU), Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), Licínio Pereira (CDU), Álvaro André Paiva Amador (CDU), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS) e Vítor Manuel Farricha Mamede (PS), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de antes da ordem do dia.

2.º - Período de intervenção do público.

3.º - Período da ordem do dia:

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano para 2013.

3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Orçamento para 2013.

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal para 2013.

5. Apreciação e votação do pedido de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, conforme informação do Departamento Administrativo e Financeiro, nos termos e para efeitos do artigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de julho.

6. Apreciação e votação do pedido de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais do Município, não inscritos no orçamento, em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano.

7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados para 2013.

8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Orçamento

dos Serviços Municipalizados para 2013.

9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados para 2013.

10. Apreciação e votação do pedido de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, conforme informação dos Serviços Municipalizados, nos termos e para efeitos do artigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de julho.

11. Apreciação e votação do pedido de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados, não inscritos no orçamento, em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano.

12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de acordo de regularização do subsídio concedido à Associação de Solidariedade de Ferrel para construção de um Lar para idosos (Programa Pares).

13. Apreciação e votação proposta da Câmara Municipal para alteração do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior.

14. Apreciação e votação do Projeto de Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento Condicionado e de Zonas de Estacionamento de duração Limitada na Cidade de Peniche e Zonas Adjacentes.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e trinta minutos, encontrando-se na sala vinte dos vinte e sete membros que compõe a Assembleia Municipal de Peniche.

Compareceram no decurso da reunião e passaram de imediato a participar nos trabalhos os senhores José António Bombas Amador (CDU), Álvaro André Paiva Amador (CDU), Arminda Glória Félix Martins Brás (CDU), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Anna Clara Leal Rodrigues (PSD) e Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), que chegaram enquanto decorria a apreciação das atas das reuniões anteriores, e Vítor Miguel Silva Delgado Marques (PSD), que chegou quando decorria a apreciação de outros assuntos de interesse para a autarquia.

Os senhores Licínio Pereira (CDU), Álvaro André Paiva Amador (CDU), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD) e Vítor Manuel Farricha Mamede (PS), encontravam-se a substituir os senhores Maria Natália Figueiredo Martins dos Anjos Costa (CDU), José Joaquim Franco Antunes (CDU), Carlos Manuel Alves Santana (PSD) e João Manuel Jesus Gomes (PS), que comunicaram a sua ausência nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Rui Pedro Maia dos Santos (PSD) e Anabela Soares (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara, senhor António José Ferreira Sousa Correia Santos (CDU), o Vice-Presidente da Câmara, senhor Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), e os Vereadores, senhores Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU), Jorge Serafim Silva Abrantes (CDU), Luís Lourenço Jorge Ganhão (PSD), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD) e Carlos Jorge Gonçalves Amaral Domingos (PS).

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES:**

Foram presentes as atas n.ºs 8 e 9/2011 e 1 e 2/2012, das reuniões realizadas nos dias 27 e 28 de dezembro de 2011 e 13 de janeiro e 24 de fevereiro de 2012, e tendo sido dispensada a leitura das mesmas por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal.

Postas à discussão usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Primeiro Secretário da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Alertou para o facto de se estar a aprovar atas de reuniões realizadas há um ano e solicitou à Mesa que sejam criadas condições para que as atas sejam aprovadas na reunião seguinte à reunião a que dizem respeito, para que se cumpra a legislação.

**Presidente da Junta de Freguesia de Conceição, Raul Santos (CDU):**

Disse que também constatou a discrepância entre as datas da realização da reunião e de aprovação da respetiva ata. Acrescentou que, para cumprimento do Regimento, as atas estão muito extensas, sendo um castigo para quem as faz e para quem as lê, e descontextualizam as intervenções.

Citou a legislação existente sobre a matéria, concretamente o Código de Procedimento Administrativo e a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e alguns relatórios da Inspeção Geral da Administração Local que alertam para o facto das assembleias municipais terem o dever de cumprir a lei.

Defendeu que as atas, também no que diz respeito às intervenções de cada membro da Assembleia Municipal, apenas devem resumir o essencial.

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Recordou que as atas estão a ser feitas com a transcrição integral das intervenções dos membros da Assembleia Municipal por exigência da Assembleia.

Disse que concorda com a intervenção do senhor Raul Santos e que considera que o Regimento, a ser interpretado à letra, contraria a lei.

Sugeriu que se passe a cumprir o Código de Procedimento Administrativo e que as atas apenas contenham o essencial do que se passa em cada uma das sessões, cabendo a cada um dos membros da Assembleia Municipal, depois, verificar se, de facto, o essencial da sua intervenção ficou transcrito na ata.

Relativamente à discrepância entre as datas da realização da reunião e de aprovação da respetiva ata, disse que o desejável é que as atas sejam aprovadas na reunião seguinte à reunião a que dizem respeito, propósito que poderá ser mais facilmente alcançado se as atas forem mais sintetizadas.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 8/2011 – Aprovada, por maioria, com uma abstenção, do senhor Ângelo Marques (PS), e vinte e cinco votos a favor, dos restantes membros da Assembleia Municipal.

Ata n.º 9/2011 - Aprovada, por maioria, com uma abstenção, do senhor Ângelo Marques (PS), e vinte e cinco votos a favor, dos restantes membros da Assembleia Municipal.

Ata n.º 1/2012 - Aprovada, por maioria, com duas abstenções, dos senhores Ângelo Marques (PS) e Vítor Mamede (PS), e vinte e quatro votos a favor, dos restantes membros da Assembleia Municipal.

Ata n.º 2/2012 - Aprovada, por maioria, com três abstenções, dos senhores Américo Gonçalves (PS), Ângelo Marques (PS) e Vítor Mamede (PS), e vinte e três votos a favor, dos restantes membros da Assembleia Municipal.

**EXPEDIENTE:**

O Presidente da Mesa deu conhecimento que o expediente, que adiante se referencia, se encontrava disponível para consulta, dispensando-se a sua leitura, por ter sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal um memorando dos documentos recebidos:

1 - Ofício n.º 1067/C, datado de 24 de setembro de 2012, do STAL, relativo ao pronunciamento das Assembleias Municipais sobre a extinção de freguesias, nos termos da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

2 - Circular n.º 20/2012/ISPO/ps, de 25 de outubro de 2012, relativa ao *I Congresso de Gestão de Recursos Humanos da Região Oeste*.

3 - Carta, datada de 6 de novembro de 2012, da Valorsul, remetendo versão em CD do seu relatório e contas de 2011.

4 - Ofício n.º 639/2012, da Comunidade Intermunicipal do Oeste, informando da realização de uma reunião ordinária, no dia 30 de novembro de 2012.

5 - Circular, datada de 4 de dezembro de 2012, da ANMP, remetendo cópia das comunicações dirigidas à Assembleia da República e Grupos Parlamentares, relativas à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.

6 - Ofício, datado de 14 de dezembro de 2012, da Delegação Sub-Regional do Oeste, relativo à Revisão do Plano Diretor Municipal de Peniche (agendamento de reunião).

7 - Exposição, registada em 21 de dezembro de 2012, em nome de Ana Paula Cunha, tecendo vários comentários relacionados com a atitude dos alunos da ESTM, na vivência da cidade.

8 - Votos de Boas Festas da Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penichense.

9 - Votos de Boas Festas da Junta de Freguesia de Ferrel.

10 - Exemplar relativo a outubro de 2012, do jornal *Voz das Misericórdias*.

11 - Exemplar n.º 273 - novembro de 2012, do *Jornal Associação*, da Associação Portuguesa de Deficientes.

12 - Exemplar n.º 104 - dezembro de 2012, do *Jornal do STAL*.

Não se registou qualquer intervenção.

**MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:**

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

**Ademar Marques (PSD):**

Apresentou, verbalmente, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Carlos Manuel Carneiro Costa e Sá, que foi distinguido pela Câmara Municipal de Peniche, este ano, com um reconhecimento de mérito municipal na área da solidariedade social. Destacou o seu trabalho em prol da população de Peniche, quer enquanto Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Peniche, quer como Diretor do jornal *A Voz do Mar*, e noutras funções que desempenhou, nomeadamente na área social. Acrescentou que este tipo de serviço público deve ser reconhecido e que deve ser transmitido à família e às instituições a que o falecido esteve ligado o sentimento de pesar da Assembleia Municipal de Peniche.

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Disse que a Mesa e a Assembleia subscrevem o voto de pesar apresentado pelo senhor Ademar Marques, do qual deve ser dado conhecimento à família e publicamente.

**OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA:**

Passando a Assembleia à apreciação do assunto em epígrafe, usaram da palavra os senhores, adiante identificados:

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Leu a declaração que a seguir de transcreve, referindo que se trata de um esclarecimento público prestado na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

«DECLARAÇÃO

*Entendeu o PSD emitir uma declaração política, sob a forma de nota de imprensa, a propósito da nomeação do representante suplente da Assembleia Municipal de Peniche na Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal. Nessa declaração, para além do teor político que legitimamente imprime nas suas declarações públicas, o PSD faz acusações graves que, no limite, põem em causa o funcionamento democrático deste Órgão Autárquico. Por isto, e mesmo só por isto, entende o Presidente da Assembleia ser seu dever clarificar os factos, para que os munícipes possam julgar aquilo que efetivamente se passou. Não pretendemos alimentar polémicas, nem tão pouco atizar querelas de carácter político, mas manda o interesse público, de conhecimento da verdade, que se reponham os factos no seu devido lugar.*

*a. Na Sessão da Assembleia Municipal de 28 de Setembro, procedeu-se à eleição do representante da Assembleia Municipal de Peniche na Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do PDM*

*b. Nesta eleição foram apresentadas dois nomes a sufrágio, o Dr. João Gomes, proposto pelo PS e a Arquiteta Cristina Leitão, proposta pelo PSD. Feita a votação, a Assembleia elegeu, por maioria, o Dr. João Gomes para o lugar. Na altura, não havia conhecimento de que deveria ser indicado um membro suplente.*

*c. Dias depois, foi o Presidente da Assembleia confrontado, pelos serviços autárquicos,*

com a necessidade de indicar com urgência, o nome de um suplente para a referida comissão.

d. Face à urgência posta no pedido, o Presidente da Assembleia solicitou um parecer aos membros da mesa e líderes dos Grupos Municipais, no sentido de se encontrar uma solução consensual para o problema, a ratificar posteriormente em sede de Assembleia. No mail enviado, o Presidente da Mesa adiantava que em sua opinião lhe parecia razoável que fosse o PS a indicar o suplente, uma vez que tinha sido a "lista" deste partido a vencedora da eleição.

e. Neste entendimento, não estava nem poderia estar, qualquer juízo ou intenção menos positiva sobre a arquiteta Cristina Leitão, pessoa cuja competência e idoneidade não me oferece quaisquer dúvidas, como tive oportunidade de afirmar em sede do debate na Assembleia e quero sublinhar mais uma vez.

f. A esta solicitação do Presidente da AM, apenas respondeu o Secretário da Mesa, professor Carlos Almeida e, na ausência de resposta, foi decidido enviar o nome proposto pelo Partido Socialista, o Deputado Américo Gonçalves, embora condicionado a posterior ratificação da Assembleia Municipal.

g. Nas vésperas da última Assembleia, e já depois da indicação referida no ponto anterior, foi recebido pelo Presidente da AM um mail da parte do Deputado Ademar Vala Marques, onde este apresentava a sua discordância sobre a solução tomada, defendendo que, tendo havido uma eleição com dois candidatos, deveria ser a candidata não eleita a ser nomeada como suplente. Foi decidido que a questão seria colocada na AM seguinte, e que do debate certamente resultaria uma solução.

h. Em sede da Assembleia, houve lugar a um intenso debate sobre o assunto, onde foram esgrimidos vários argumentos, e onde o PS e a CDU defenderam que deveria ser mantida a indicação do Professor Américo Gonçalves.

i. Por decisão da Assembleia, e com a discordância expressa do PSD, foi feita uma eleição, onde apenas foi apresentado a sufrágio o nome do Deputado Américo Gonçalves, que foi eleito por maioria e, como se disse, sem a participação dos Deputados do PSD. Refira-se que todo o processo foi democraticamente sancionado, pela maioria da AM.

Como se pode aduzir dos factos, não houve nenhuma conduta antidemocrática em todo o processo. Houve duas leituras diferentes sobre um mesmo processo e, na impossibilidade de um consenso, prevaleceu a vontade da maioria. É assim que funciona a democracia.

Quanto a outro tipo de acusações, não deve o Presidente da Mesa da Assembleia pronunciar-se, para além do que teve oportunidade de referir em tempo.

Peniche, 27 de Dezembro de 2012

O Presidente da AM

Rogério Manuel Dias Cação» [sic]

**Paulo Balau (PSD):**

Disse que se, até amanhã, não receber os documentos que anda a solicitar à Câmara Municipal, desde há três sessões da Assembleia Municipal, relativos à construção da casa mortuária de Peniche, não comparece à reunião de amanhã e reserva-se no direito de fazer o que entender relativamente às sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente se as impugna. Considerou vergonhoso e desrespeitoso o modo como a Câmara Municipal trata os membros da Assembleia Municipal.

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Disse que os direitos à indignação e ao protesto são legítimos, pelo que nada tem a acrescentar à intervenção do senhor Paulo Balau.

Lamentou que a informação solicitada não tenha chegado em tempo útil e disse que iria verificar o que se passou e que o assunto, certamente, que será resolvido.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que não existe nenhuma orientação expressa de não corresponder às solicitações dos membros da Assembleia Municipal.

Solicitou compreensão pelo facto de ter havido uma falha dos serviços administrativos e que, do ponto de vista político, não seja retirada qualquer conclusão.

**Paulo Balau (PSD):**

Disse que cada um faz as conotações que entender, sejam elas políticas ou não, e que não vale a pena responsabilizar os serviços administrativos, porque a documentação foi solicitada nas sessões da Assembleia Municipal, na presença dos membros da Câmara Municipal.

Acrescentou que não afirmou que se trata de uma atitude propositada, mas que poderia ter-lhe sido dada uma justificação para a falha.

**José Amador (CDU):**

Perguntou se existem dados mais atuais sobre a situação do hospital de Peniche.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que:

- Ainda não se concretizou a audiência solicitada, reiteradamente, ao senhor Ministro da Saúde.

- Do ponto de vista formal, já foi criado o Centro Hospitalar do Oeste (CHO).

- Por se tratar de um assunto de carácter político, e não de carácter meramente técnico e de gestão, o assunto deve ser tratado com o senhor Ministro da Saúde e não com o Conselho de Administração do CHO.

- No dia treze de dezembro de 2012, houve uma reunião do Concelho Executivo da Oeste CIM, onde esteve presente o Conselho de Administração do CHO.

- Foi convidado pelo Presidente do Conselho de Administração do CHO para fazer parte de um grupo de trabalho para instalação do CHO, tendo alertado que, do ponto de vista institucional, os centros hospitalares têm um Conselho Consultivo e que esperava receber uma convocatória formal para esse órgão e não para uma reunião informal.

- É necessário que, entretanto, a Comissão de Acompanhamento do Hospital de Peniche se reúna.

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Disse que concorda com a necessidade de se realizar uma reunião da Comissão de Acompanhamento do Hospital de Peniche, para que seja tomada uma posição que venha a ser consensualizada em sede da Assembleia Municipal.

**Ademar Marques (PSD):**

Em resposta à declaração do senhor Presidente da Mesa, atrás transcrita, e na

qualidade de Presidente da Comissão Política responsável pela emissão da nota de imprensa, disse que:

- Gostaria que a nota de imprensa ficasse transcrita em ata, para contextualizar a intervenção do senhor Presidente da Mesa, porque, ao ler-se a declaração do senhor Presidente da Mesa, sem ler a nota de imprensa, pode parecer que esta diz uma coisa que na realidade não diz. Concretamente o facto de não existir qualquer acusação à Assembleia Municipal, havendo apenas considerações sobre um dos partidos representados na Assembleia Municipal, ou seja, é um direito à opinião.

- A linha essencial da nota de imprensa foi criticar a forma como a honorabilidade de um membro da Assembleia Municipal foi posta em causa.

- No dia em que a nota de imprensa foi divulgada, no dia seguinte ao da realização da sessão da Assembleia Municipal, foi surpreendido com o que o senhor Vice-Presidente da Câmara, o Vereador Jorge Amador, escreveu na sua página do *Facebook*, concretamente: "O Ademar Marques, que trabalha como assessor do Governo do PSD, é o responsável número um pela posição deste partido na retirada de 340 mil euros do orçamento da autarquia para 2013. Em Lisboa trabalha para o Governo que asfixia as autarquias e em Peniche faz o mesmo. É bom responsabilizá-lo, desde já, por este ataque às populações."

- Foi alertado, por várias pessoas, em relação à declaração do senhor Vice-Presidente, Jorge Amador, algumas delas bastante incomodadas com o seu conteúdo.

- Este tipo de política, de ataque pessoal e de insinuações, vai contra os seus princípios e não pretende enveredar por ela.

- Como ponto prévio a esta sessão, onde algumas questões poderão surgir relativamente à sua posição nos assuntos que estão em discussão, tem a obrigação de responder perante a Assembleia Municipal, que é o lugar próprio, a estas afirmações feitas na página pessoal do senhor Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador, no *Facebook*, à qual não tem acesso para se defender.

- Nunca falou do senhor Jorge Amador na sua página pessoal no *Facebook*, mas quando o senhor Vice-Presidente sente a necessidade de o achincalhar, ou pelo menos tentar, dizendo que ele atacou as populações, há uma série de coisas que pensa que devem ser esclarecidas.

- Tal como já teve oportunidade de dizer, em sessões da Assembleia Municipal, por várias vezes, por muito que custe a algumas pessoas ele foi eleito para estar na Assembleia Municipal e tem a mesma legitimidade que qualquer um dos restantes membros.

- O seu trabalho, seja em Lisboa ou em outro ponto qualquer do mundo, é irrelevante e não tem nada que ver com a sua ação na política local. Está na Assembleia Municipal como representante eleito pelas pessoas de Peniche, toma as suas decisões de acordo com a sua consciência e não admite que a pretensão de algum caciquismo partidário, a que possam estar acostumados, possa ser transportada para a Assembleia Municipal como insinuação em relação à sua posição.

- Compreende que ao senhor Jorge Amador, como funcionário do Partido Comunista Português, que faz da política profissão, custe compreender que o seu trabalho não tem nada a ver com a sua posição em Peniche, mas, efetivamente, não tem.

- As suas posições não têm nada a ver com o Governo e se for necessário

contrariar uma opção política do Governo que vá contra os interesses de Peniche ele será o primeiro a fazê-lo.

- Já trabalhou no setor privado e no setor público e está longe de perceber que haja pessoas que possam ter por mera profissão ser políticos.

- Tem tentado, no exercício das suas funções de Presidente da Concelhia do PSD e enquanto cidadão de Peniche, fazer o que está ao meu alcance para defender os interesses do concelho, independentemente da publicidade que possa dar aos seus atos.

- Defendeu, felizmente com grande sucesso, a freguesia de que o senhor Jorge Amador foi presidente e que estava em risco de desaparecer. Interveio junto dos Deputados do PSD à Assembleia da República, para sugerir que o número mínimo aceitável de freguesias passasse de três para quatro por concelho, para garantir que nada aconteceria à freguesia de Serra d'El-Rei. Contudo, o senhor Jorge Amador não fez nada relativamente a esse assunto, pondo em risco, com a sua posição, a continuidade daquela freguesia.

- Em relação ao hospital de Peniche, conforme transmitiu, em tempo, ao senhor Presidente da Câmara, teve a oportunidade de fazer várias diligências para reforçar a importância da manutenção de um serviço de urgências em Peniche.

- Não tem necessidade de andar por aí a dizer o bem que faz e onde é que o faz, desde que a sua consciência esteja tranquila, mas se o senhor Jorge Amador o quiser responsabilizar por alguma coisa, pode responsabilizá-lo também por isso.

- Está de consciência tranquila, por ter tomado a melhor decisão para as pessoas de Peniche, ao apoiar a proposta do Partido Socialista, no sentido de baixar ligeiramente as taxas do IMI.

- Não há um só ponto de incongruência entre a sua aprovação do PAEL e a sua votação no IMI. Aliás, se em vez de contarem com tanto afinco quem se absteve e quem votou a favor em cada uma das votações, se se tivessem preocupado em ouvir aquilo que ele disse quando interveio na votação do PAEL, se calhar, já tinham chegado a esta conclusão.

Citou o que disse a quando da aprovação do PAEL: "Face à necessidade de resolução do problema dos fornecedores, face à necessidade de evitarmos a estagnação do Município, julgo ser um imperativo municipal que este empréstimo possa resolver o problema da dívida, sem no entanto deixar de frisar que farei, e que o PSD de Peniche fará, o que puder para atenuar algumas das medidas na sua aprovação em concreto, para que precisamente se possa atacar no lado da despesa e menos do lado da receita."

Continuou dizendo que:

- O seu voto, tal como o voto do seu partido, na Assembleia Municipal, em relação ao IMI, foi em consciência, foi em defesa das pessoas de Peniche, reduzindo-lhes os encargos num ano de dificuldade.

- Em Peniche, felizmente, ainda há liberdade para se votar de acordo com a consciência de cada um.

- Sendo a Assembleia Municipal soberana nas suas decisões, pelo mandato que recebeu das pessoas, à Câmara Municipal caberá gerir o que lhe é dado para gerir.

- No caso da votação do IMI, reiterando o que já escreveu, a decisão do PSD não foi de tirar dinheiro que era da Câmara Municipal, porque aquele dinheiro não é nem nunca foi da Câmara Municipal, é dinheiro das pessoas.

- A decisão do PSD foi no sentido de deixar mais dinheiro às pessoas, por saber que, neste ano de dificuldades, as pessoas precisam desse dinheiro. Foi esse, aliás, o mandato que entendeu que recebeu em 2009, o de defender os interesses das pessoas, e foi isso o que fez na Assembleia Municipal.

- Se é a democracia que faz alguma confusão ao senhor Vice-Presidente da Câmara, o Vereador Jorge Amador, ao permitir que a Assembleia Municipal, legitimamente eleita, tome uma decisão diferente da tomada pela Câmara Municipal, a solução é o senhor Jorge Amador ir para um sítio onde a democracia não existe.

- Se há alguém que deve ser responsabilizado pelas dívidas que fez, esse alguém é o senhor Jorge Amador e são os membros da CDU na Câmara Municipal, porque endividaram o Município, não pagaram aos fornecedores durante anos, andaram a gastar o dinheiro que não tinham, não arranjaram as estradas, não reabilitaram as casas de habitação social e não fizeram muito do que lhes competia, tudo porque, em sua opinião, não sabem gerir bem o dinheiro dos contribuintes.

- O Governo que o senhor Jorge Amador diz que asfixia as autarquias é o mesmo Governo que lhe deu um empréstimo de 3,4 milhões de euros, com juros de 2%, para resolver um problema grave que o executivo da CDU criou, que é a dívida a fornecedores, asfixiando as empresas de Peniche e a economia local. É com o dinheiro disponibilizado pelo Governo que o Município, que o senhor Jorge Amador ajudou a afundar, se vai levantar do buraco onde o enfiaram.

- Tem menos vinte anos que o senhor Jorge Amador, mas nem por isso se sente menos capaz de ensinar alguma coisa. As pessoas até podem ter medo do senhor Jorge Amador, mas, provavelmente, ter-lhe-iam mais respeito se ele soubesse mostrar respeito pelos outros. Felizmente não tem medo do senhor Jorge Amador e tem-lhe algum respeito.

- Se todos souberem respeitar as opiniões e a via pessoal dos outros, em vez de procurar achincalhar e amesquinhar, a sociedade ganha com isso, sobretudo porque haverá menos pessoas a cansarem-se da política e a afastarem-se, por acharem, como os seus pais sempre lhe disseram, que da política não vinha nada de bom. Ele tem tentado mostrar o contrário, mas cada vez com mais dificuldade.

- Os políticos, pelos cargos que ocupam, têm obrigação de mostrar às pessoas que o *Facebook* não é um vácuo ético, não é um sítio onde se possa dizer tudo e de ânimo leve, mesmo que seja mentira ou uma tentativa de difamação ou uma ofensa.

Pediu ao senhor Vice-Presidente, Jorge Amador, que deixe o seu trabalho tranquilo, independentemente do local onde o exerça, porque o seu trabalho não tem rigorosamente nada a ver com a sua posição na Assembleia Municipal de Peniche.

Garantiu que a sua dedicação às causas de Peniche será sempre, com sempre foi, independente das funções que exerça no partido, numa empresa privada ou no Governo, onde, aliás, cessa funções esta semana.

Afirmou que é a sua consciência cívica que o leva a participar e a defender aquilo que entende ser o melhor para as pessoas de Peniche.

Transcreve-se, de seguida, a nota de imprensa, divulgada pelo Partido Social Democrata, em 27 de novembro de 2012, conforme foi solicitado pelo senhor Ademar Marques:

«Nota de Imprensa

PSD PENICHE ACUSA CDU DE MARGINALIZAR O PARTIDO DA REVISÃO

DO PDM

*Na Assembleia Municipal de 26 de Novembro, o PSD Peniche acusou a CDU de querer marginalizar o PSD do processo de revisão do PDM, um processo que deveria motivar a participação de todos os partidos para resolver os graves problemas urbanísticos do concelho de Peniche.*

*A CDU recusou-se a aceitar o resultado da votação realizada na última Assembleia Municipal, no início de Outubro, que colocara a designada pelo PSD, a Deputada Municipal Cristina Leitão, em segundo lugar da votação.*

*Numa absoluta perversão das regras democráticas, que teria como único legítimo resultado a indicação da pessoa que ficou em segundo como suplente do elemento que ficou em primeiro, foi votada uma nova pessoa, numa evidente intenção de marginalizar o PSD de todo o processo. O PSD recusou-se a participar na votação, que considerou ilegítima e antidemocrática. O PSD lamenta ainda que o PS tenha embarcado na deriva antidemocrática da CDU.*

*Conforme afirmou o Presidente do PSD Peniche, “o que é completamente absurdo é que se ponha de parte da comissão de acompanhamento a pessoa que na assembleia municipal está melhor preparada para o assunto e para poder contribuir de forma positiva para este processo”.*

*A designada pelo PSD, eleita em 2009 para a Assembleia Municipal, é arquitecta, com 10 anos de experiência profissional e está a elaborar a sua tese de doutoramento em Urbanismo. O esforço do PSD tem sido no sentido de incluir nas listas pessoas com competências nas mais diversas áreas e de trazer pessoas novas para a política, que não os ‘políticos profissionais da CDU’, funcionários do partido que fazem da política profissão.*

*O PSD classificou de inaceitável e de “grave vergonha” para a Assembleia Municipal a suspeição lançada pelo líder da bancada comunista, Henrique Bertino, sobre a Deputada Municipal do PSD, sugerindo que ela poderia, na comissão de acompanhamento, defender outros interesses que não os do Concelho.*

*O PSD considera as afirmações de Henrique Bertino um grave insulto à honorabilidade de todos os seus eleitos. Todos os que estão nos cargos do PSD estão por dedicação a Peniche, procurando apenas e só o bem do concelho. E todos sabem separar as águas entre a sua vida profissional e as suas funções políticas.*

*A suspeição lançada pela CDU, que mostra uma enorme falta de respeito pelos eleitores de Peniche, fica lançada sobre qualquer membro da Câmara ou da Assembleia Municipal, que a CDU entende que podem prosseguir outros interesses que não os do concelho. Aparentemente só os eleitos da CDU estão acima de qualquer suspeita.*

*O PSD mantém a sua posição de que para os cargos devem ser designadas as pessoas com mais competência técnica, para que possam contribuir de forma positiva para as discussões, para que não se caia na incoerência de querer as pessoas competentes na política para depois as afastar com recurso a estratégias.*

*Peniche, 27.Novembro.2012»*

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

*Disse que a sua declaração é simplesmente uma intervenção de uma leitura possível, não tendo outra intenção senão essa.*

*Sublinhou que a sua declaração resulta de leituras que lhe fizeram chegar, por o texto do PSD ser público.*

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

*Disse que:*

- Houve uma pessoa que foi mais diretamente visada na intervenção do senhor Ademar Marques, embora haja algumas notas às quais, como é evidente, ele não poderá deixar de referir.

- É lamentável que o senhor Ademar Marques omita tudo o que tem a ver com as consequências que o Governo implicou relativamente à diminuição de valores e isso não é honesto.

- Para quem a família disse para, eventualmente, não vir para a política, acha que o senhor Ademar Marques deve pensar um bocado, porque o ar de quem afinal o político deve ser uma coisa boa, mas depois o que conta é de facto a prática.

- Não aceita lições de moral do senhor Ademar Marques relativamente à questão da CDU no processo da senhora Cristina Leitão.

- Gostaria muito que o senhor Ademar Marques fosse mais objetivo relativamente aos aspetos de natureza legal, porque, quando ele quer, é.

- Acha que o caminho que o senhor Ademar Marques está a escolher é um caminho que ele percebe perfeitamente.

- Não aceita a matéria que tem a ver com o PAEL, porque ele foi assinar um compromisso, mandatado pela Câmara Municipal, por unanimidade, e mandatado pela maioria da Assembleia Municipal, com base em pressupostos que foram apresentados à Assembleia Municipal, inclusive numa reunião de preparação da sessão da Assembleia Municipal, que decorreu nos Paços do Município, onde se explicou “tintim por tintim” todo o cuidado que houve, da parte da Câmara Municipal, relativamente às medidas que constituíam o pressuposto para que fosse apresentada a candidatura.

- Assinou o contrato do PAEL tendo em conta a integralidade dos pressupostos que foram apresentados, das contas que foram apresentadas, e não consta, em circunstância alguma, que tenha havido alguma coisa clara relativamente ao IMI, porque não houve.

- Não era para comentar o que se passou na sessão de novembro relativamente ao IMI, mas atendendo à forma como a questão foi aqui colocada pelo senhor Ademar Marques, com ar de cordeiro, e porque considera que houve uma situação extremamente grave, a mais grave desde que está na Câmara Municipal, por ser de traição ao Município, com todo o respeito pela legitimidade democrática, irá abordar o assunto.

- O que foi feito, relativamente ao IMI, tem objetivos muito claros e gostaria de saber o que vai acontecer a alguns compromissos que assumiu, de forma consciente, por exemplo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, nomeadamente no que diz respeito à questão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

- Todos sabem que 340 mil euros são importantes para o ano eleitoral e não vale a pena dar-se a volta em sentido contrário, porque não deixam de ser 340 mil euros a menos, com os quais se poderia fazer muitas coisas que não se vão fazer.

- A sua determinação é forte e se o PSD pensa que com isso vai criar condições para ganhar as eleições está enganado, porque ficou mais revigorado com esta decisão democrática da Assembleia Municipal, que ele respeita.

- Ficou dececionado com todos os que “deram o dito por não dito”.

- Foi dos piores momentos, em termos democráticos, para o concelho de Peniche.

- Respeita, democraticamente, a decisão que a Assembleia Municipal tomou e irá trabalhar para ultrapassar o obstáculo criado, que se tornou num incentivo.

**Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador (CDU):**

Disse que:

- Quando começou a ouvir a intervenção do senhor Ademar Marques, ficou preocupado, pois pensou que tinha feito algum ataque pessoal, mas não, o ataque foi político.

- Cá se fazem, cá se pagam, ainda estava a decorrer a votação da Assembleia Municipal e, poucos segundos depois, já a Agência Lusa tinha a notícia: "Oposição baixa IMI em Peniche".

- A sua reação foi depois da notícia da Agência Lusa, que não foi feita por ele.

- Como vem referido nos jornais *A Voz do Mar e Área Oeste*, os primeiros comentários que fez, após a sessão da Assembleia Municipal, foi de que a posição da Assembleia Municipal não merece contestação da sua parte, pois esse órgão tem toda a legitimidade para a tomar.

- O PSD foi a votos com o rosto do senhor Vereador Luís Ganhão na primeira página do seu programa eleitoral, e os membros do PSD na Assembleia Municipal rasgaram esse documento, porque os senhores Vereadores Luís Ganhão e Francisco Salvador tiveram uma determinada votação, curiosamente coincidente com a dos quatro elementos da CDU e com a do senhor Vereador Carlos Amaral, do PS, e membros da Assembleia Municipal não respeitaram essa votação, mas isso é uma questão interna, que cabe a cada partido resolver.

- A propósito do que o senhor Ademar Marques disse sobre o que lhe transmitiu alguém de família, que da política não vem nada de bom, o senhor Ademar Marques tem razão, porque o que o PSD e o PS fizeram, em termos de votação, transmite mesmo essa ideia, porque na política tem de haver uma coisa que se chama coerência.

- Como disse o seu colega Jorge Abrantes, e bem, há dias numa reunião, a palavra coerência vai ser dita as vezes que forem necessárias até à campanha eleitoral, porque a CDU não está em campanha eleitoral, mas o que o PSD e o PS fizeram foi um ato de campanha eleitoral, puro e duro.

- O PSD tem gente que votou a favor do PAEL, onde há uma medida específica que prevê a manutenção dos valores do IMI.

- Foi presidente de junta de freguesia, eleito democraticamente, em que um dos resultados foi de 75,5%, e o senhor Ademar Marques está muito mal informado sobre a sua ação na defesa das freguesias, no âmbito da reorganização administrativa do país.

- O senhor Presidente da Câmara teve oportunidade de o convidar para participar numa reunião, com o Secretário de Estado da tutela, o senhor Paulo Júlio, e o senhor Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, que é o líder da distrital do PSD em Leiria, disse na sua intervenção que após a intervenção do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Peniche, Jorge Amador, pouco mais tinha a acrescentar, que estava de acordo com tudo o que fora dito

- O que fez foi em defesa de todas as freguesias portuguesas, incluindo as da cidade de Peniche, e não só da freguesia de Serra d'El-Rei.

- Todos sabem porque é que o PSD e o PS quiseram extinguir as freguesias de

São Pedro e Conceição, porque nunca conseguiram resolver um problema, que foi a votação das últimas eleições autárquicas, em que a CDU conseguiu fazer na cidade de Peniche o que é difícil, que é ganhar as três freguesias.

- O senhor Ademar Marques não é seu amigo no *Facebook*, mas está convidado para o ser.

- Tem tanto direito de escrever o que escreveu como o senhor Ademar Marques, por exemplo, de pôr na sua página do *Facebook* coisas tão distintas como os horários das missas no concelho, é rigorosamente igual, é um direito que lhe assiste. Cada um coloca na sua página pessoal o que entende.

**Ademar Marques (PSD):**

Disse que:

- Tanto quanto sabe, o Prior de São Leonardo de Atouguia da Baleia ainda não se queixou das missas da paróquia serem divulgadas na sua página no *Facebook*.

- O que está na nota de imprensa do PSD diz respeito à resposta que foi dada na sessão Assembleia Municipal, em que o senhor Presidente da Câmara não esteve presente, não propriamente à votação, mas à intervenção que se sucedeu do senhor Henrique Bertino.

- Em relação ao PAEL e aos pressupostos da sua aprovação, pensa que foi bastante objetivo na sua intervenção anterior, quando se referiu à sua intervenção aquando da votação do PAEL, de que, em cada uma das medidas, tentaria melhorá-la na perspetiva das pessoas de Peniche.

- Ao contrário do que o senhor Presidente da Câmara pensa, ele não está nada preocupado com as eleições, está é preocupado com a vida das pessoas.

- A iniciativa de se alterar a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi do Partido Socialista e, antes do PSD saber dessa proposta, tinha já chegado à conclusão que votaria contra a proposta da manutenção das taxas, por não estarem incluídas as minorações e as majorações.

- Não sabia que era possível a Assembleia Municipal alterar a proposta da Câmara Municipal tendo, aliás, tido a oportunidade de trocar impressões sobre isso, durante a sessão, com o senhor Presidente da Mesa, pelo que não houve premeditação.

- Houve, simplesmente, a consciência de que seria positivo para as pessoas que a proposta do Partido Socialista fosse aprovada.

- É, no mínimo, questionável formar como estão a direcionar para ele a incompreensão da decisão e a personalização em relação a ele, pondo em causa as relações pessoais, tendo em conta que o que se passa são visões diferentes sobre o que devem ser as receitas do Município.

- Julga que as receitas do Município não vão ter um corte de 340 mil euros, porque estão em crer que a receita está subavaliada.

- Pegando no que disse o senhor Vice-Presidente, Jorge Amador, em relação à coerência, reitera o que já disse, de que não houve qualquer incoerência da parte dele, houve, precisamente, o cumprimento do que dissera que faria.

- Lembra que as sessões da Assembleia Municipal são gravadas e se a jornalista da Lusa já uma vez disse ao senhor Presidente da Câmara que estava a assistir à sessão através da *webcam*, conforme o senhor Presidente da Câmara transmitiu, provavelmente foi a senhora jornalista da Lusa que esteve também a assistir à última

sessão e que pôs a notícia, porque, seguramente, não foi ele que lhe enviou essa a notícia.

**Álvaro Amador (CDU):**

Disse que:

- A Assembleia Municipal votou o PAEL com uma série de pressupostos, mas não teria sido necessário recorrer ao PAEL se o dinheiro que o Governo retirou ao longo de anos fosse dado.

- Existe um consenso entre autarcas de diversas cores neste sentido, acho que não é nenhuma falsidade. Portanto, preferia não aderir ao PAEL e não pagar juros, e o Estado dar o dinheiro às diversas autarquias.

- Em relação às freguesias, o deputado Ademar Marques defendeu a Serra d'El-Rei, na sua intervenção, espera não estar a ter a leitura errada, defendeu Ferrel da possível alteração. O que viu e o que foi aplicado de facto é que tínhamos três juntas. Aqui nesta assembleia, a decisão que foi para a comissão, foi a extinção da freguesia da Ajuda e da Conceição, como o Presidente da Junta aqui frisou, e eu de memória, a junta de freguesia da Conceição tem cerca de quinhentos anos. Portanto, é um legado não só cultural, histórico, etc., mas que também devia ser acautelado nesse aspeto.

- Defendemos a reorganização do plano territorial. E portanto, entendemos que Conceição, São Pedro, esta ou outra, possam ser alteradas. Como foi feito no passado com a criação da freguesia de Ferrel salvo erro em 1985.

- Falaram em dívidas da Câmara, mas para haver dívida teve que haver obra, felizmente ou infelizmente, anda muito a pé pela cidade e vê obra feita, tivemos a primeira coleção da joalharia nacional com a aplicação da renda de bilros. Foi um trabalho que foi feito pela primeira vez. É importante defender o nosso património e portanto, valorizar aqui esta situação.

- Saudava a Câmara, pois em tempos de crise há duas teorias, ou se corta na despesa e se aumentam os impostos, ou relança-se a economia através do investimento público.

- Esta Câmara, com a aquisição do edifício Conceição Bento para a instalação de um museu das rendas de bilros e não só, porque há serviços da Câmara que também poderão passar para lá. O museu é um polo de desenvolvimento se for bem fomentado e, portanto, uma mais-valia para o concelho.

- Para a nossa cultura não desaparecer, há uma coisa que também ainda ninguém disse, que é a promoção do mar.

- Tivemos as iniciativas do mês do mar, muitas delas muito interessantes, com uma abrangência de intervenientes de todas as proveniências, quer a nível técnico, quer a nível de outros fatores, em diversos espaços da cidade, também aqui, neste aspeto saudar isso.

- Começou neste mês de dezembro, e vai prolongar-se até janeiro, por uma impossibilidade de um dos oradores, a convenção "Sou de Peniche" e as três tertúlias, duas já realizadas e uma que se vai realizar-se no dia 10 de janeiro, onde de facto se tem discutido questões importantes para a cidade.

- Discutiu-se a questão do CHON, e questões da educação, e faltou da ação social. Enquanto munícipe, sendo autarca aqui na Assembleia, fica satisfeito por se discutir. Não só em espaços fechados, mas também com público e em diversos sítios.

- Realça ainda, uma coisa que também acha importante, que é o trabalho das crianças. E a exposição que acha que ainda está patente no Auditório Cultural, com trabalhos das diversas escolas do concelho sobre a temática do mar e a capital da onda, uma boa iniciativa da Câmara Municipal que é de valorizar.

- Para acabar, uma pergunta rápida sobre a questão da promoção do mês do mar, numa das iniciativas da promoção, que teve a ver com a energia das ondas. Pergunta se a Câmara Municipal através do seu Presidente poderá dar alguns esclarecimentos sobre esta matéria visto que é uma questão que já foi colocada por vários eleitos municipais e que ele também gostava que neste momento se fizesse um ponto de situação.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que:

- A propósito do Museu da Renda de Bilros, recebeu na sexta-feira passada uma excelente notícia para a comunidade, para todos nós. Tivemos o visto do Tribunal de Contas, que permite que já no princípio de janeiro, possamos fazer a consignação daquela obra.

- É uma obra que todos nos devemos orgulhar, na medida em que tem ali várias nuances na intervenção. Por um lado falamos da reabilitação do edifício que está no casco histórico da cidade, por outro é a afirmação e a preservação da nossa identidade.

- Essa intervenção insere-se num conjunto mais vasto de intervenções que tem a ver com a nossa parceria para a regeneração urbana, da qual todos nós devemos estar também muito orgulhosos, porque foi uma candidatura que a Câmara Municipal elaborou, que desafiámos um conjunto de entidades, e que desde a sede social da ACISCP, desde o Clube Naval que está neste momento já na ponta final em termos de construção, desde as obras na CERCIPeniche, no edifício que é propriedade do Município, está com o contrato de comodato, mas também as obras que se iniciaram agora, da reabilitação do edifício da Igreja de São Pedro.

- O Museu da Renda de Bilros é isto tudo, mas com este trabalho mais amplo de parceria para a regeneração urbana onde obviamente a obra mais significativa é a primeira intervenção do fosso da muralha, que vai ser um dos marcos do nosso trabalho todo, em termos autárquicos, e de todos, porque conseguimos aquilo todos.

- Relativamente à energia das ondas, recebeu hoje um *email* do parceiro Finlandês, da AW Energy, relativamente à extensão do prazo de conclusão da primeira fase do projeto, que tem a denominação de SURGE, no qual nós somos um dos dez parceiros, e que o projeto vai ser estendido até ao dia 4 de outubro do próximo ano.

- O nível de satisfação deste projeto, por parte da AW Energy e dos seus parceiros, principalmente os parceiros financeiros, como é o caso também da Eneólica, do grupo LENA, levou a que tivéssemos apresentado uma nova candidatura já durante o ano de 2010, mas a defendê-la, no âmbito de um programa, que é o NER 300. Disto não à participação nenhuma do PIDDAC, esta primeira fase que foi colocada em agosto, e desta, e essa candidatura do NER 300, o nosso projeto que teve o nome de SWEL.

- Esse projeto foi considerado pela avaliação da União Europeia do programa NER 300 como um dos projetos mais interessantes ao nível do conjunto dessas candidaturas. Infelizmente o projeto não foi depois aprovado para financiamento

através desse programa, que eram cerca de 23 milhões de euros, com uma comparticipação de cerca de 11 milhões de euros por parte do programa NER 300.

- Estarão para ser apuradas as razões dessa não aprovação mas que indiciam que a posição que o governo português teve de dúvida relativamente ao projeto, e depois por não considerar, ou seja, por dar o dito por não dito aos pressupostos da candidatura, o apoio à tarifa, que era de 210 euros por *quilowatt* a hora e depois alterou para 80 euros *quilowatt* a hora, isto criou um mal-estar na relação entre Portugal e a Finlândia por causa do compromisso que Portugal tinha assumido em sede de candidatura.

- Essa insatisfação levou a que tivesse mediado uma reunião entre a AW Energy e a senhora Ministra, no dia no dia 18 de dezembro, em Bruxelas, onde o administrador executivo da AW Energy expressou à senhora Ministra a vontade de continuar a investir em Portugal.

- Lembra que no protótipo, neste caso no pré-comercial que está no mar, os estaleiros navais de Peniche faturaram um milhão e cem mil euros, e que nesta estrutura agora, seria um investimento ainda mais considerável.

- Uma vez que as questões de energia vão ser consideradas como prioritárias, teremos de criar condições para que esse financiamento exista. Portanto, quer dar conta das múltiplas diligências que foram feitas, da insatisfação dos finlandeses pela alteração das regras de jogo, mas também por aquilo que estamos a fazer para que o projeto continue.

**Ângelo Marques (PS):**

Disse que, relativamente ao IMI, o PS propôs, o IMI baixou e as pessoas ganharam.

Felicitou, em seu nome pessoal e em nome da bancada do PS, toda a população do concelho de Peniche pela forma acolhedora e entusiasta com que recebeu mais uma etapa do campeonato mundial de surf, que decorreu no mês de outubro.

Felicitou o senhor Presidente da Câmara pelo prémio que recebeu, pelo segundo ano consecutivo, da *Surf Total Awards*, na categoria de político que mais apoia o surf.

Colocou as seguintes questões:

- Na fase de idealização, conceção e construção do Centro de Alto Rendimento do Surf, inaugurado no passado dia 9 de outubro de 2012, foi tido em consideração os custos de manutenção e conservação desta tipologia de equipamento?

- Qual o modelo de gestão que está previsto e que vai implementar no CAR Surf de Peniche?

- Quando vai implementar este modelo de gestão?

- Três meses após a sua inauguração, quais foram as atividades já desenvolvidas no CAR Surf?

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que:

- Na semana passada, tomou posse o Presidente da Fundação do Desporto, que é entidade que irá gerir o modelo de financiamento e gestão dos centros de alto rendimento (CAR).

- A Fundação do Desporto vai apreciar as candidaturas dos CAR para, em função do respetivo mérito, dotar financeiramente cada CAR para o seu funcionamento.
- O modelo de gestão dos CAR, que é definido superiormente, não estava definido pelo anterior Governo, e o atual Governo também não o definiu ainda.
- Já decorreram alguns eventos no CAR Surf, nomeadamente as reuniões da Federação Europeia de Surf.

**Primeiro Secretário da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Perguntou se o Museu Paroquial de Peniche, que irá ser instalado junto à igreja de São Pedro, em Peniche, será financiado à semelhança do Museu das Rendas de Bilros de Peniche.

Lembrou o senhor Presidente da Câmara de que o talude existente na Rua António da Conceição Bento, em Peniche, junto às instalações da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, ainda está por realizar, não obstante esta instituição financeira já se ter mostrado disponível para colaborar financeiramente para a realização da obra.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Esclareceu que o futuro Museu Paroquial de Peniche faz parte da *Parceria para a Regeneração Urbana*, no âmbito do *Programa Operacional do Centro*, e que a Câmara Municipal tem feito tudo para que se mantenha o seu financiamento.

**Vítor Mamede (PS):**

Colocou as seguintes questões relativamente ao Centro Educativo de Atouguia da Baleia:

- Para quando está previsto o início da sua construção?
- Já foi feita candidatura, no âmbito do QREN, aos fundos comunitários?
- Já há algum compromisso assumido pelo Ministério da Educação para o início da construção?
- O senhor Presidente da Câmara está otimista que, até ao final deste mandato, em outubro de 2013, haja novos desenvolvimentos no projeto?

Perguntou, ainda, qual o ponto de situação da obra do futuro edifício da Biblioteca Municipal.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que o projeto do Centro Educativo de Atouguia da Baleia está numa fase avançada da sua elaboração e tem a expectativa de lançar a candidatura ao QREN antes do fim do atual mandato.

Lembrou que a obra do futuro edifício da Biblioteca Municipal foi interrompida, devido à insolvência da empresa que a estava a executar, e que os projetos, entretanto, tiveram de ser todos refeitos, na sequência de alterações legislativas, não estando a candidatura ao QREN assegurada.

**Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):**

Disse que:

- Relativamente ao muro que delimitava terrenos municipais de terrenos

propriedade da Coopeniche, ia levantar três ou quatro questões. Uma prende-se com a derrocada de um muro junto à cooperativa de Atouguia da Baleia, confinante entre a cooperativa e um espaço pertença do Município, junto ao Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia.

- Sabe que o senhor Presidente da Câmara se deslocou ao local, com os técnicos da Câmara Municipal. Não sabe a que se deveu aquela derrocada do muro, mas para espanto seu, foi afirmado numa reunião de câmara pelo senhor Vice-Presidente que a derrocada se devia exclusivamente à Junta de Freguesia. Se calhar por artes mágicas, a junta de freguesia não fez lá intervenção nenhuma, o equipamento da junta de freguesia está a centenas de metros do espaço, mesmo só com trepidação do equipamento penso que não seria possível.

- A Câmara sim, fez lá uma intervenção. Também não sabe se se deveu a essa intervenção ou não, mas queria que o esclarecessem sobre isso, e se está pensado alguma coisa em relação àquilo.

- Outra situação, são uns caminhos junto aos Casais Brancos na zona do Bairro Limó, que foi solicitado pela Câmara Municipal, que tinha a necessidade de colocar alguns entulhos das obras da limpeza do fosso das muralhas e da construção da ECLUSA.

- A Câmara andou lá seguramente uns dois meses a colocar entulhos. Para seu espanto, de um momento para o outro retirou de lá o equipamento e deixou a obra inacabada.

- Havia lá uma placa que dizia, claramente, obra a cargo da Câmara Municipal, essa placa foi retirada, não sabe se pela Câmara se foi roubada. Queria que o esclarecessem do que se vai passar em relação àqueles caminhos, porque acha que é lamentável os agricultores quererem deslocar-se às suas propriedades e estarem impossibilitados de o fazer.

- Queria levantar outra questão, a ponte de Ribafria-Bolhos. Já numa das últimas sessões falou nisso, se foi feita alguma vistoria àquela ponte, que é uma situação que de alguma forma o preocupa porque tem havido ali algumas intervenções. E recorda-se que quando entrou para a junta de freguesia à sete anos a prioridade das prioridades era uma intervenção naquela ponte. Já passaram sete anos, nada foi feito.

- Tem enviado inúmeros ofícios à Câmara Municipal para levantar algumas questões. A maior parte deles ou quase nenhuns obtêm resposta. Recorda um, relativo à rotunda na Ribafria na Rua João Paulo II, que está destruída há largos meses, também não houve lá intervenção nenhuma.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que:

- Relativamente à primeira questão, esteve a falar com o senhor João Luís, o Presidente da Cooperativa, que lhe transmitiu que quando aconteceu a situação acompanhámo-lo com o Cmandante Operacional Municipal, os nossos técnicos verificaram e fizeram a descrição do que aconteceu.

- O muro não tinha fundações, não estava estruturado, tendo ficado ainda mais descalço do que estava, e foi essa a razão principal porque abateu.

- Informou também o senhor João Luís que, em janeiro, na segunda semana, vão reunir para determinar relativamente à solução que se encontrou aquando da

aprovação do projeto do armazém, aquilo que tem a ver com a construção do acesso ao armazém, e só nessa altura então é que ficará a situação regularizada.

**Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador (CDU):**

Disse que:

- Ficou engasgado depois daquilo que o senhor Presidente da Junta disse e nunca mais ficou bom da garganta. Mas isto deve ser na sequência da sua intervenção, porque não sabe como é que lhe contam as coisas. Mas promete-lhe o seguinte, cada vez que falar da junta de freguesia da Atouguia da Baleia, vai levar um gravador para a reunião de Câmara para depois lhe mostrar a gravação. Não responde mais sobre a questão que colocou, porque da forma como disse não corresponde à verdade.

- Sobre os ofícios sem resposta, começa pelo princípio usando a técnica que o senhor Presidente da Junta tem usado nesta sessão. Há ofícios sem resposta e há pedidos na hora. O que é que isto quer dizer, há ofícios que o senhor ainda não tem resposta mas que estão a ser feitos de forma progressiva.

- Para quem não sabe, a junta de freguesia de Atouguia da Baleia, pela sua dimensão, envia quase tantos ofícios como as restantes juntas. O que é normal, tem vinte localidades aproximadamente.

- As novas tecnologias também permitem coisas boas, ainda na passada sexta-feira o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia estava aflito, pediu ajuda e imediatamente o problema foi resolvido, dois minutos depois o senhor Presidente de Junta tinha a resposta e no dia seguinte tinha o seu pedido concretizado. Estas coisas, também é preciso dizer à Assembleia porque devemos falar sempre a verdade. Coerência, mais uma vez a palavra coerência.

- Relativamente à ponte Ribafria-Bolhos, ultimamente têm estado a decorrer as obras que têm a ver com a ligação, da intervenção que foi feita na ETAR do Paço, todas as ligações que têm sido feitas, e a reposição do piso da via rodoviária. Mas a última vez que foi feito um levantamento apontava para algumas necessidades de intervenção mas não para a substituição da totalidade da ponte.

- Quanto aos entulhos, julga que ninguém da Câmara pediu ao senhor Presidente da Junta para colocar os entulhos nos caminhos, porque os caminhos, em termos de construção são da responsabilidade da Câmara Municipal, em termos de manutenção o protocolo diz que a manutenção e conservação são com as juntas.

- De qualquer das formas, existindo algumas questões que está a colocar, vai verificar o que se passa e ver o que tem de ser feito para resolver o assunto. Em relação às máquinas, têm andado de um lado para o outro a fazer intervenções. A última grande intervenção como sabe foi feita aquando do mundial de surf, e em vários caminhos agrícolas, na freguesia da Atouguia da Baleia, mas acima de tudo na freguesia de Ferrel.

- Relativamente à rotunda da Ribafria, está para intervencionar.

**Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):**

Disse que um vereador o informou de que o senhor Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador, afirmou numa reunião da Câmara Municipal que a derrocada do muro se tinha devido, exclusivamente, à Junta de Freguesia.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Esclareceu que, quando se analisou o assunto, em reunião da Câmara Municipal, foram referidas as entidades que teriam tido intervenções e que o senhor Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador, disse que a Junta de Freguesia também tinha intervindo no local.

Disse, ainda, que a Câmara Municipal deliberou que o Departamento de Obras Municipais informe sobre o envolvimento do Município de Peniche na terraplanagem efetuada no terreno municipal.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Disse que:

- Em relação ao que se passou nesta sessão, primeiro fazia uma sugestão à mesa, para que mesmo em tempos de crise comprar quatro ou cinco marcadores de tempo, para ver como é feita a gestão do tempo, para cumprir o regulamento da Assembleia. A Câmara é acusada de não cumprir muitas coisas, e a Assembleia também.

- Relativamente ao que foi dito na última sessão da Assembleia Municipal, parece que há pessoas que estão acima dos outros em termos políticos, de comportamento, de ética, mas ele sente-se atingido porque não foi tratado convenientemente por aqueles que argumentam no comunicado que foram maltratados.

- A propósito da nomeação do suplente para a Comissão de Acompanhamento de Presidente da Assembleia Municipal, para acompanhar o PDM, fez no fim, porque o PSD estava muito melindrado porque estava a ser marginalizado e a dizer que ele tinha dito que não. Em termos de líder de bancada dizer que entendia que não. Até porque se o PSD estava a ser marginalizado, se não fosse o PSD seria outra bancada qualquer. Alguém tinha que ser porque só há um representante.

- Depois, na outra consideração que fez, teve o cuidado de dizer que era pessoal, não de líder da bancada. E o que é certo é que isso foi utilizado publicamente como fosse de líder da bancada. Isso é que não é honesto.

- Pensou se deveria ou não ter o direito de conflito de interesses e dizer que vai deixar de ser o líder da bancada, porque fala muitas vezes com o coração, e diz aquilo que pensa. Mas não está nada chateado de ter feito as afirmações que fez, nem pediu desculpa a ninguém, como alguém insinuou mais tarde que ele tinha ficado arrependido.

- Não quer prolongar muito a discussão. Até porque quando se diz que somos todos sérios, e que temos que dar o exemplo lá para fora, parece que não estão já aqui as grandes jogadas político-partidárias para as próximas eleições. Já começou há algum tempo, e alguns são mestres nisto. Alguns, primeiro, ao contrário do que dizem, não é o povo, não são as pessoas primeiro. Primeiro são os interesses.

- É assim, somos sérios mas continuamos a dizer a Câmara faz uma má gestão, que a Câmara tem muitas dívidas, quando o que se quer atingir é a Câmara da CDU. Devia haver a hombridade, então digam quais são os aspetos de má gestão, isso é que é ser sério. E o que está mal digam.

- Vamos atrás, há sete anos, e vamos fazer o balanço de quando a CDU entrou, e qual era a dívida a fornecedores existente, e quais eram os compromissos que já

existiam em relação a algumas obras que tinham sido lançadas. Como agora se está a prever lançar o concurso do Centro Educativo de Atouguia da Baleia, pode acontecer que seja avançado em 2013, e que quem vá ficar com a responsabilidade é a Câmara que vem a seguir. Pode ser a CDU, ou pode ser outra Câmara qualquer. Campo da República, Parque Urbano, aqui esta zona toda, a biblioteca etc., são encargos que no fundo estavam assumidos mas não estavam contratados.

- Em dezembro, acha que não estava numa dessas sessões, teve que se aprovar à pressa o orçamento. Isso está nas atas, empréstimos. Vamos lá falar sério, não se faça demagogia, porque alguns, já estamos habituados, agora aqueles que vêm de novo e são mais novos vêm apregoar que são diferentes, entram de carrinho.

- Toda a gente sabe em Peniche que o senhor Jorge Amador foi funcionário político. E já disse isto aqui na Assembleia uma vez pelo menos, quem pagava o salário dele era o PCP, amigos e militantes. Hoje, é eleito na Câmara por direito próprio. Não é funcionário político nem funcionário público, é autarca, é eleito.

- Portanto, esta coisa de, parece mal o que os outros dizem mas vamos dizer pior. A ele custa-lhe mais pagar os funcionários que são nomeados, ou são arrançados, empregos de empresas públicas e outras coisas, ou noutras empresazitas.

- Acabaram-se com os governos civis e agora já estão a arranjar outra coisa para encaixar lá o pessoal todo, mas são bem pagos. Isto é que é chocante. Prefere ter a certeza que quando vota, sabe qual é o papel de cada um. Mas os outros que são os arranjinhos já não são funcionários políticos, mas quem lhes paga é o povo, e quem paga aos funcionários políticos do PCP é o PCP e os seus amigos.

- O senhor Ademar Marques, não está aqui mas ele é que se apregou como um jovem em relação aos outros: "eu ainda sou mais jovem que o Jorge". Ele é dos mais velhinhos já. Mas tenha cuidado, porque quem conhece a história do PSD local às vezes também tem que engolir estas observaçõezinhas, porque a gente também conhece histórias de toda a seriedade, e depois estamos a pensar que quem vai ser o candidato da Câmara é um e depois à uma traição e aparece outro, pensa-se que o deputado é um e depois parece que o deputado é outro.

- Quanto ao PAEL. Já na última Assembleia isto foi aqui dito, e ele também tentou contrariar. O governo está a dar quatro milhões de euros à Câmara. O governo está a dar? Não, não é nada a banca. Mil milhões, isto é dar cabo da segurança social. Aquele era do fundo de pensões dos bancários que devia ser entregue ao Centro Nacional de Pensões e Segurança Social, para pagar as reformas deles. E neste momento o défice da Segurança Social já está a levar com isto, e vai levar mais. Isto é que é desonestidade.

- Isto vai ser dito muitas vezes, não vai ser esquecido porque isto é uma vergonha, estes mil milhões, como são outros desvios de dinheiros do Fundo de Pensões dos Bancários. Está-se a dar cabo deste país, ao ponto de qualquer dia haver uma reviravolta, depois paga o justo pelo pecador, e começam todos a ter medo.

- A dívida da Câmara aos fornecedores só neste mandato são dois milhões, que são retirados diretamente pelo governo à Câmara, verba por verba. Agora juntem a isto todas as outras dificuldades acrescidas com a situação, que naturalmente não foi a Câmara que criou, nem esta nem outras, este imbróglgio todo da crise no país.

- Começaram a campanha eleitoral e a gente vai respondendo com campanha

eleitoral, tentar esclarecer as pessoas daquelas coisas que nunca são ditas, muita gente em Peniche que votou no Tozé Correia assume ainda hoje, mesmo que possam não estar de acordo com uma coisa ou outra. Isto é preciso ser dito. Agora, ele ainda não se sentiu enganado, independentemente de sermos pessoas diferentes, e as prioridades de cada um poderem ser diferentes. Mas agora, assumidamente é esta a batalha.

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Disse que existem dois caminhos, ou a Mesa corta a palavra aos membros da Assembleia Municipal, para respeitar os tempos regimentais, ou permite a existência de debate político.

Acrescentou que, quando algum dos membros da Assembleia Municipal fizer um ponto de ordem à mesa, o período antes da ordem do dia será imediatamente interrompido, respeitando o Regimento.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Disse que:

- Quando sugere isto não é para melindrar, nem para cortar a palavra ninguém. A única pessoa desta sala que se lembra que foi digna do ponto de ordem foi ele.

- Hoje está mais satisfeito com a sua bancada que já falaram mais, e acha que as pessoas que vêm para a Assembleia tenham mais ou menos experiência, devem falar. E os mais novos devem estar mais motivados que os que andam cá há mais anos.

- Gosta muito de fazer o ponto da situação, porque não temos a ideia, de quando chegamos ao fim do período de antes da ordem do dia dizer. A CDU teve tantos minutos, o PS tantos minutos, o PSD tantos minutos, a mesa tantos minutos e a Câmara teve tantos minutos.

**Sérgio Leandro (CDU):**

Disse que:

- Antes de mais cumprimentar todos os presentes, todos os membros da Assembleia. Aproveitar a oportunidade para desejar boas festas a todos os presentes. Gostaria de aproveitar este momento para partilhar uma informação com todos os membros da Assembleia, que é relativo ao concurso público para a empreitada de construção do edifício Cetemares do Instituto Politécnico de Leiria e da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar.

- É um edifício com cerca de 2 mil m<sup>2</sup> que vai ser dedicado à investigação aplicada aos recursos marinhos, biotecnologia e aquacultura. É um investimento do Instituto Politécnico de Leiria, financiado pelo QREN em 85%. O montante total do investimento no Concelho de Peniche ronda 1.700.000 euros e tem um prazo de execução de 300 dias.

- Trata-se de um projeto que julga, vai ter fortes impactos em Peniche, num território que é intrinsecamente ligado ao mar, e que poderá proporcionar o surgimento de novas indústrias relacionadas com a biotecnologia aplicada aos recursos marinhos, a tão falada hoje em dia, biotecnologia azul.

- É um projeto que está identificado na Magna Carta Peniche 2025. Contou desde o início com o apoio da Câmara Municipal de Peniche e está a ter um acompanhamento bem próximo em termos de arquitetura e de outros projetos de

especialidade do Cetemares. Está localizado na zona portuária, valorizando ainda mais o Porto de Pesca de Peniche, e conferindo uma valência que não é muito comum a nível dos portos nacionais, que é ter uma componente de investigação científica associada, e não menos importante.

- Este projeto Cetemares irá consolidar e afirmar a Escola Superior de Tecnologia do Mar no âmbito da investigação dos recursos marinhos sobretudo num momento de grande indecisão relativo à reforma do ensino superior em Portugal, em que se fala do encerramento de cursos e também da fusão de algumas instituições de ensino superior.

**Cristina Leitão (PSD):**

Disse que queria relembrar a Câmara Municipal de que, há precisamente um ano, colocou uma questão relativamente à circulação automóvel nas imediações do Mercado Municipal, em Peniche, tendo o senhor Vice-Presidente, Jorge Amador, respondido que o assunto seria tratado em 2012.

Perguntou quando serão colocadas as placas toponímicas na Praça António Alves Seara, em Peniche. Acrescentou que considera que a artéria escolhida não é a mais digna para homenagear uma pessoa que tanto deu à cultura de Peniche.

**Natália Rocha (PS):**

Disse que:

- O Regulamento Municipal de Venda Ambulante já foi aprovado há mais de dois anos, mas, no dia-a-dia do concelho, nesta matéria, tudo se mantém como estava antes da sua aprovação.

- Gostaria de saber para que esteve a Câmara Municipal a elaborar um novo regulamento, para que é que foi solicitada à Assembleia Municipal que sobre ele se pronunciasse, se a sua existência não serve para nada.

- O poder autárquico se desrespeita quando não é capaz de aplicar as suas próprias decisões.

- Gostaria de saber se o senhor Presidente da Câmara acha que a venda ambulante clandestina contribui para a melhoria económica do concelho e do comércio localmente instalado.

- Gostaria de saber se os vereadores da CDU, no executivo anterior, votaram a favor ou contra as obras atrás referidas e lançadas pelo executivo do Partido Socialista e se não é preferível endividar para obras em detrimento de despesas correntes.

**Anna Clara Rodrigues (PSD):**

Perguntou se um espaço existente num armazém situado na Praça Professor Alves Seara, em Peniche, tem como finalidade o estacionamento, em caso afirmativo, se o estacionamento é público ou privado e, no caso de ser público, qual a razão de estar fechado.

**Paulo Balau (PSD):**

Disse que:

- Ia ser muito sintético. É só para esclarecer aqui uma questão que se levantou há pouco relativamente ao PAEL e ao IMI e à correlação destas duas situações. Ele

votou favoravelmente o PAEL e também a proposta do PS, de redução do IMI, a proposta conjunta que foi apresentada pelas duas bancadas.

- Agora, uma coisa não quer dizer a outra. Ao votar favoravelmente o PAEL, sabia que isto tinha implicações a nível de receita para o Município para poder honrar os compromissos do PAEL. Agora, ao votar a redução em 0,5% no IMI, não quer dizer que a receita que a Câmara vá receber seja a mesma que recebeu ou que perspetivou receber, porque todos os anos a esta parte a receita é sempre superior àquela que se perspetiva para o IMI. Vamos chegar à conclusão que a Câmara recebeu mais, mesmo reduzindo meio ponto ao IMI.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que:

- Ia começar pelo fim. Sobre o PAEL e sobre as posições assumidas, acha que já falou o suficiente e foi claro aquilo que disse, por isso não vai retomar, respeitando.

- Quanto à senhora Anna Clara, relativamente àquele estacionamento. Só fazer um pouco de história, para as pessoas perceberem. Quando ali começou o desenvolvimento, à medida que foram sendo feitas construções, começou a sentir-se uma maior necessidade de estacionamento.

- Quando o projeto da NIS 8 apareceu, ainda no mandato do senhor Emídio Barradas, em Câmara entendemos que, já que iria ser criado também aquele edifício, seria também criado um estacionamento público, e está lá uma situação de estacionamento.

- Quando apareceu a intenção de reconversão dos armazéns da Pescagest, e uma vez que ia haver a alteração do uso, e que iria por isso mesmo criar uma maior necessidade de estacionamento, utilizámos o mesmo critério usado aquando do projeto da NIS 8. De forma coerente o Município, independentemente de quem estava a presidir em cada momento, que se deveria também ali criar estacionamento. Foi isso que se fez.

- Aquela porta deve estar aberta durante o horário de funcionamento do estabelecimento, foi essa a orientação que aprovámos em reunião de Câmara, e vão ser assinalados lá, se não foram já. Portanto, isso é uma matéria que ficou para a Divisão de Obras Municipais concluir, assinalar lá o que é estacionamento privado do estabelecimento, e o que é estacionamento público, e vai ser colocada uma sinalética exterior de modo a que as pessoas sejam informadas que está ali estacionamento público também.

- Quanto à questão da senhora Alexandra, responde o senhor Jorge Amador. Não por desconsideração. E relativamente à senhora Cristina Leitão, só dizer o seguinte. A questão da toponímia foi um assunto analisado hoje em reunião de Câmara, e a informação que foi dada é de que a partir do dia 7 ou 8 de janeiro vai ser colocada a placa, uma vez que é também da competência da junta de freguesia, e em articulação será lá colocada essa placa.

**Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador (CDU):**

Disse que:

- O Regulamento de Venda Ambulante está em curso no nosso Concelho. Portanto não está suspenso, e inclusivamente as forças de segurança têm atuado. Têm

havido ultimamente várias intervenções, nomeadamente em alguns bairros sociais do concelho onde está a ser feita venda ambulante.

- Há uma zona na cidade onde não está, e todos sabemos qual é, a zona junto ao mercado. À uma exceção neste momento que como sabem, não vale a pena estar aqui com grandes rodruquinhos em termos de intervenção, há um problema político e social, que tem que ser resolvido, e só depois disso é que essa solução ficará na íntegra resolvida em termos regulamentares.

- Relativamente à segunda questão, agradeço aquilo que a deputada Cristina Leitão fez. Temos três pessoas que fazem este trabalho de pintura e substituição de sinalização. Neste momento estamos a concluir a pintura na zona do Lagido, Baleal. De seguida iremos para a rotunda dos Bolhos.

**Primeiro Secretário da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Disse ao senhor Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador, que irá ser o primeiro, em janeiro de 2013, a solicitar uma fatura simplificada, com número de contribuinte, aos vendedores ambulantes que vendem no largo fronteiro ao Mercado Municipal.

Informou que a iniciou-se há duas horas e trinta minutos, a CDU utilizou 20 minutos, o PSD utilizou 22 minutos, o PS utilizou 10 minutos e a Câmara Municipal utilizou 61 minutos, não tendo sido considerada a intervenção do senhor Presidente da Mesa.

**Anabela Dias (PS):**

Disse que:

- Esta foi uma sessão em que se falou muito de atas, houve muitas atas e muito tempo para as ler. E numa delas, a que teve aqui a nossa aprovação de 24/02/2012, neste dia e nesta sessão o grupo do PS apresentou uma moção que era relativa à reorganização do mapa judiciário onde se pedia diversas medidas, nomeadamente que fosse dado conhecimento à senhora Ministra da Justiça, ao Primeiro-Ministro, etc.

- Sabemos pela comunicação social que outras comarcas, onde existem outros tribunais com a problemática do nosso, os presidentes da câmara têm-se preocupado com este tema. Manifestando de alguma forma reivindicações.

- Queria saber em relação ao Tribunal de Peniche que diligências é que o senhor Presidente da Câmara fez até esta data, sabendo nós, como já dissemos na moção apresentada naquela data, o Tribunal de Peniche passaria a ter muito menos importância. Portanto, todos os processos importantes, os das ações ordinárias, os processos coletivos, todos eles passariam para Leiria, as execuções passariam para o Tribunal de Alcobaça.

- A parte da família, menores, que é um assunto que a todos nós diz respeito, nomeadamente as regulações das responsabilidades parentais, os incumprimentos, etc., que é aqui o Tribunal de Peniche, talvez a dependência onde existem mais casos, passarão então para Caldas da Rainha. Restará apenas a pequena instância criminal e as ações sumárias cíveis.

- Falou-se nos problemas que tivemos em relação ao hospital. Provavelmente se nada se fizer o próximo problema será provavelmente o desaparecimento do Tribunal de Peniche. Porque como o senhor Presidente saberá, com o afastamento de todos estes

serviços públicos é um problema social grave, porque muitos destes processos pressupõem obrigatoriamente, as deslocações das pessoas para as comarcas há pouco referidas.

- Provavelmente como deve calcular, naturalmente que de hoje para amanhã o tribunal também fechará e será mais um serviço público que desaparecerá do nosso Concelho. Gostaria que o senhor Presidente da Câmara dissesse que diligências fez, e se este assunto, depois desta ata e desta sessão de 24/2/2012, o que foi feito até agora.

- Relativamente a outra questão, tivemos conhecimento de uma informação recente da área social da Câmara sobre a situação do acampamento de étnia cigana no centro de Peniche. Segundo soubemos essa informação aponta para um crescimento muito acentuado do referido acampamento. De 13 barracas em 2003 para 32 em 2012. Gostaríamos de saber se a informação foi realizada, se foi gostaríamos que fosse facultada uma cópia ao grupo do Partido Socialista nesta Assembleia.

- Recorda o senhor Presidente da Câmara, e isto, as atas são assim mesmo, uma ata de 29/4/2002 em que na altura o senhor Vereador António José Correia fazia a seguinte intervenção. "Deu também conhecimento da reclamação que recebeu de alguns munícipes pelo desenvolvimento que se vem verificando no acampamento situado na Fonte Boa, o que degrada o ambiente e provoca maus cheiros e lixos. Referiu a conveniência de inventariar as situações existentes por comparação com o levantamento feito no âmbito do rendimento mínimo garantido bem como a premência de intervenção no local, tendo solicitado que em próxima reunião possa ser presente informação do senhor vereador do pelouro sobre o que se poderá vir a fazer na perspetiva social de saúde pública e ambiente. O senhor Vice-Presidente informou de que pela DSUA..." isto já foi informação dada na altura.

- Uma vez que em 2002 era um assunto que preocupava muito o senhor Presidente, passados sobre esta matéria mais de dez anos, dos quais o senhor é Presidente há mais de sete, gostaríamos de saber então o que é que o senhor Presidente neste momento tem a dizer sobre a situação.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que:

- Se recorda bem de ter levantado essa questão na altura, até porque estava ligado a uma instituição da área social, e lembra-se do trabalho que foi feito sobre isso. Houve uma equipa que interveio, que fez essa sinalização. E por isso, quando fez essa pergunta era exatamente para se perceber qual era a dimensão do problema no sentido de se tentar encontrar soluções.

- O facto é que já lá existia essa situação, e apesar de termos feito essa interpelação e a caracterização que foi feita, aquilo que nós verificamos do trabalho, e que vai ser obviamente disponibilizado é que ao fim e ao cabo as famílias que lá estavam são exatamente as mesmas famílias que lá estão, só que são em maior número, tendo em conta o grau de reprodução que existe. Ou seja, não há elementos novos.

**Anabela Dias (PS):**

Esclareceu o senhor Presidente da Câmara de que se referiu a barracas e não a famílias.

Sublinhou que, em 2003, havia 13 barracas e que, em 2012, existem 32 barracas.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que:

- Não tinha ali o relatório, mas vai ser disponibilizado tal como pediu o grupo do Partido Socialista. E já agora pode ser enviado para todos os restantes.

- Relativamente ao mapa judiciário, por certo que na sequência da questão que foi aqui colocada em 24 de Fevereiro, foi dada sequência relativamente no ponto de vista administrativo. É uma coisa que decorre das decisões que aqui são tratadas e por certo que deve ter havido a sequência.

- Em sede da Comunidade Intermunicipal, já uma vez informou, houve uma tomada de posição, de condenação por parte dos municípios daquilo que era o mapa judiciário. Temos a consciência de que as alterações, por força da questão dos agregados familiares das situações dos extratos sociais mais desfavorecidos, que é um assunto que deve ser tido em conta.

- Falou com a Vereadora Clara Abrantes, no sentido de ser promovida uma reunião, chamando os elementos que tenham informação sobre essa matéria para em sede, quer da CPCJ quer do Concelho Local de Ação Social, seja tomada uma posição fundamentada sobre os impactos que do ponto de vista social aquela medida pode conter. E é isso que se irá fazer.

**Anabela Dias (PS):**

Disse que:

- A informação que o senhor Presidente está a dar agora foi rigorosamente a informação que consta da ata de 24/2/2012. Quer então dizer, e que o senhor Presidente diga à Assembleia, que desde esta data nada foi feito.

- A verdade é que muitas das coisas que foram aqui ditas nesta Assembleia. O que a motiva e a faz estar aqui é sem sombra de dúvidas o interesse da população e dos municípios. Não está a pensar já em eleições, deve haver aí muita gente a pensar. Não é o caso dela, não é isso que a motiva.

- Aquilo que quer dizer ao senhor Presidente é que os seus colegas de todas as comarcas em que existia a necessidade ou que, pelo menos na reorganização do mapa judiciário, iriam acabar esses tribunais, todos eles tiveram alguma movimentação, todos foram recebidos pelo Bastonário da Ordem dos Advogados, pela Ministra da Justiça. E eu pergunto ao senhor Presidente claramente da parte da Câmara Municipal, o que é que foi feito até agora.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que da parte da Câmara Municipal, reitera aquilo que era a sua discordância relativamente à medida que estava anunciada, e no quadro da Comunidade Intermunicipal do Oeste, com o peso dos municípios, reiterou essa posição. E disse o seguinte, as pessoas motivam-o muitotambém.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor **Zeferino Maurício Nascimento**, que fez a seguinte intervenção:

«Boa noite a todos.

«Retribuo os votos que todos formularam ao público. Eu sou um elemento do povo. Agradeço e oxalá 2013 não seja pior que 2012.

«Posto isto:

«Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal de Peniche.

«Assunto: Ata da reunião de 17 de junho de 2011, livro 21, folhas 157, 158 e 159.

«Zeferino Maurício Nascimento, solteiro, natural de Cabo Verde, nascido em 7 de agosto de 1944, portador do BI n.º 7277161, de 28 de abril de 2006, vitalício, inspetor superior assessor de Segurança Social aposentado, residente na Avenida da Liberdade, n.º 23 - 1.º direito, 2530-628 Ribamar - Lourinhã, vem, nos termos do artigo 74.º do Código de Procedimento Administrativo expor e requerer:

«Tendo em atenção o exarado na ata de 17 de junho de 2011, livro 21, folha 157, 158 e 159, que aqui dá como reproduzido desde já e reclama do erro no seu nome, sou Zeferino Nascimento e não Severino.

«2.º - Mais estranho o modo como a forma sumária nos termos do n.º 7, artigo 84.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, foi aplicada. “Fez diversas considerações sobre o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e outras estruturas existentes na ilha da Berlenga.”

«3.º - Na verdade, a legislação evocada permite-o, mas leia-se o artigo articulado invocado, no ponto 7: “As atas das sessões ou reuniões, terminada a menção dos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e a respostas de atas.” É o número 7 do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

«4.º - Assim sendo, não foi feita qualquer sumarização do que o ora requerente, na reunião de 17 de junho de 2011, durante cerca de vinte minutos expôs e então disse, tanto mais que o mesmo aconteceu ao tratamento dispensável ao senhor Presidente da Junta da Freguesia da Ajuda, Henrique Bertino (CDU), e de Tiago Gonçalves (PS), bem como o Presidente da Câmara, António José Correia.

«5.º - Certamente, razões que a minha razão desconhece, levaram a que tal acontecesse, o que veementemente repudio. O que disse e expus não se compadece em sede desta assembleia em nome da transparência e da objetividade, da verdade inequívoca e para memória futura que o senhor secretário da mesa ou o funcionário encarregue da audição da gravação da reunião em causa de forma ligeira e a galope o tenha feito como fizeram.

«7.º - Vossa excelência, a Mesa, o executivo e todos os membros da Assembleia Municipal de Peniche, ao aprovarem a ata aqui em crise, de duas uma, ou fizeram-no com ligeireza ou não atentaram para além do erro do nome, no lapso da sumarização, que de sumário nada tem, e apenas será uma brincadeira de mau-gosto. De uma forma ou outra lamentável. Termos em que o ora requerente deseja a correção do seu nome bem como uma clara e inequívoca sumarização das suas palavras com referência à ata de 17 de junho de 2011, na próxima Assembleia Municipal de Peniche, e que na ata respetiva fique anexado este requerimento.

«Assinado, Peniche, 7 de dezembro de 2012. O requerente, eu próprio.

«Este meu requerimento entrou às 11 horas e 30 minutos do dia 7 de dezembro.

«O que me trouxe aqui, e para concluir, é tão-somente o seguinte:

«É que tenho um nome. É que o senhor presidente António José Correia, e quando lhe transcreveram disse “isto dava quase uma assembleia municipal temática sobre a Berlenga”, estou a ler o que está na ata, “porque este tema foi a primeira vez que foi colocado nesta forma tão ampla com questões com as quais eu estou de acordo, com outras não estarei de acordo, como é óbvio, naturalmente eu vou responder”. E respondeu duas folhas e meia.

«O senhor presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, Henrique Bertino, permita-me, vou ler, foi sucinto, claro e preciso. Eu só faço um alerta, é que se tenha muita atenção ao que foi dito nesta intervenção, e que a partir dela se trate muitas questões, que são muito problemáticas, e que merecem ser tratadas para o bem de todos.”

«Pasmese, o que consta na ata é que fez diversas considerações sobre o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e outras estruturas existentes na ilha da Berlenga.

«Disse, e termino senhor Presidente da Assembleia Municipal de Peniche, eu acho que assim se faz democracia, eu acho que assim, e parece que não fui o único que estou aqui a focar problemas de ata, e a assembleia municipal de Peniche, a cidade de Peniche, o executivo, e todos merecem o meu respeito. Eu nasci em Cabo Verde, vim para cá com seis anos, saí com catorze. Vivo aqui muito próximo, praticamente todos os dias aqui venho, e ainda ontem estive no mar seis horas num barco de Peniche, o *Mestre Comboio*. Por isso eu votava que em relação ao futuro se façam as retificações na ata, e isto que estou a pedir é para ficar claro e inequívoco. Muito obrigado.»

De seguida, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Muito obrigado, senhor Zeferino. É só dizer duas ou três coisas. Primeiro, que assiste-lhe toda a razão uma vez que não veio traduzida na ata, e isso é um direito que assiste a qualquer munícipe ou a qualquer participante numa assembleia, de reclamar porque não veio traduzido aquilo que foi a sua intervenção na ata. Não é muito normal um munícipe tomar essa posição, mas ainda bem que a toma, porque é sinal que está a participar de forma consciente, e que, conscientemente, deu conta que aquilo que tinha dito não está traduzido na ata.

«E para além de aceitar o seu requerimento, como é óbvio, para além da correção do nome, eu vou verificar com a pessoa que está encarregada de transcrever a ata se é possível transcrever aquilo que foi a sua intervenção, e será feita menção na ata desta reunião às questões que colocou de uma forma que seja compreensível e a única coisa que nós temos que ver, que temos que ter aqui em conta, e é a única coisa que eu aqui quero também deixar muito claro, é que não vejo aqui nenhuma intencionalidade.

«E já agora dizer que nem da parte dos membros desta casa, muito menos da parte dos funcionários, certamente de uma forma perfeitamente não-intencional não traduziram aquilo que eventualmente deveria ter sido traduzido. Vamos tentar fazer essa correção, vamos aceitar o requerimento, e ficará certamente anexo à ata desta reunião, disso não temos dúvidas.

«E quero também em nome da Assembleia agradecer a sua intervenção, porque acho que é uma manifestação clara de dimensão cívica o facto de assumir estas coisas. E nós estamos cá também para assumir, com humildade, aquilo que são eventuais falhas que eventualmente possamos ter no funcionamento desta Assembleia. Esta assembleia é uma assembleia que existe em função daquilo que são os interesses dos munícipes, isso já foi aqui repetido várias vezes, neste caso há aqui um munícipe que manifesta, claramente, como no seu pleno direito o descontentamento por não ver traduzida uma intervenção que fez. E portanto, aquilo que há a fazer é aceitar essa reclamação e corrigi-la.»

**Ademar Marques (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«O senhor Zeferino tem toda a razão e, da minha parte, e peço desculpa pela omissão na aprovação da ata, de que tínhamos visto que faltava ali realmente a sua intervenção. O que eu ia só sugerir, e é só a única coisa que acrescento à intervenção do senhor Presidente, com a qual concordo inteiramente, é que, se não for possível reconstituir a partir das gravações, então que seja contactado o munícipe para dizer o que é que seria o conteúdo da sua intervenção.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu, porque conheço o senhor Severino há alguns anos, ele ontem foi ao mar no *Mestre Comboio* e deu sorte, eles tiveram pesca boa, parece. E sei que é um apaixonado por Peniche e já viveu em Peniche. E o que é que eu quero referir da minha intervenção, que recordo-me pela gravidade e pertinência das questões que ele levantou em relação à ilha da Berlenga, não conheço, oiço falar, há muitos anos que não vou lá. Achei que deviam ser retratadas. Eu não peço desculpa porque não leio as atas. Aliás, eu não me revejo nas atas, há bocado foi referido nisso. Mesmo problemáticas do passado, achava que as atas do passado eram mais simpáticas. E as pessoas que não estariam, os senhores membros da assembleia não tivessem de acordo com aquilo que era retratado tiveram sempre a oportunidade de, se tivessem com atenção, de ir corrigir. Como eu acho que aquilo é uma leitura, quem não gosta de Saramago diz assim “É pá, isto é pior que o Saramago”, é um bocadinho isso.

«Portanto, acho de toda a pertinência, eu também tenho a opinião que provavelmente deverá haver, isto acaba por ser uma injustiça porque se deve ter mais cuidado, ou pelo menos o mesmo cuidado, com as intervenções do público para tentar dar sequência ao que as pessoas vêm aqui levantar, para encaminhar as situações, e quiçá, se as coisas são mesmo problemáticas, como eu me cheirou, se alguma entidade, alguma entidade tem que intervir para além da Câmara, que há coisas que podem não ser com a Câmara, mas isto hoje vai tudo para a net, mesmo sem ninguém comunicar. Há quem diz a Junta de Freguesia da Ajuda, e se calhar uma das razões por que as placas não estão colocadas, alguém foi ao *blog* e disse que o estaleiro não podia estar naquele sítio e que tinha que mudar. E isto é uma brincadeira que alguém lá de um certo sítio fez e como temos poucos homenzinhos foi dois meses e tal de trabalho, e não gastámos mais dinheiro porque somos poupadinhos e que alguém nos deu a pedra par aterrar aquilo.

«Portanto, eu reforço, concordo com a observação que foi feita. Isto tem mesmo que retratar. E, em último caso, eu não acredito que não haja, se o resto da ata está retratada não acredito que não haja a gravação desta, porque as gravações não são destruídas, pelo menos durante um certo tempo. Portanto, é possível, e para serem simpáticos o senhor Severino deixaria aí o contacto e trataria se calhar o resultado da gravação de uma forma mais português percebível do que aquelas minhas intervenções que às vezes estão, e eu sou daqueles que agora estou a falar de uma coisa e daqui a bocado dão uma boca e começo a falar noutra, e depois tenho que voltar atrás, o computador já não funciona.»

Por indicação do senhor Presidente da Mesa, transcreve-se, de seguida, na íntegra, a intervenção do senhor **Zeferino Maurício Nascimento**, efetuada na reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 17 de junho de 2011, conforme foi proferida:

«Eu estou habituado na Assembleia Municipal da Lourinhã, porque sou lá também membro, porque durmo em Ribamar e conheço também aquele concelho.

«Sou um amante de Peniche, toda a gente sabe que quando me reformei vim para cá com um mau negócio, fiz uma permuta que resultou mal e tive de regressar à base, mas ando sempre cá.

«Não sendo um munícipe de Peniche, estou sempre interessado em coisas de Peniche. E o que me cá traz é a ilha que eu considero que não é de Peniche, é uma ilha nacional, a Berlenga. E a Berlenga tem uma visibilidade hoje que não tinha desde que eu me reformei, vai para 9 anos, e tem-na muito em consequência da CDU tem feito para a sua divulgação.

«Também na Berlenga houve alterações de fundo. Aquele restaurante que é concessão que tem quartos, na verdade, na fase final do antigo concessionário estava francamente deteriorado, hoje não, está melhorado.

«Pode-se dizer que é caro. É caro, não há dúvida nenhuma, as dormidas lá, mas estão melhoradas. Está bem!

«Devo dizer, eu começo sempre pelos aspetos positivos, e depois irei a outros aspetos. Não dizer qual a melhoria introduzida no minimercado, espero também que seja um reflexo da mudança do concessionário. Porque, no anterior concessionário, o minimercado seria tudo, mas muito pouco de minimercado. Também me congratulo que dos 3500 euros tenha chegado aos 9000 euros, aqui até funcionou a regra do mercado, mas se aquilo vale nove mil para uma concessão, também era bom ver depois quais os impostos que depois são pagos às finanças.

«A título, também, de aspeto menos positivo, mas é uma constante em todo o país, mas na Berlenga nota-se muito. Há preços diversos, os preços nem sempre estão afixados mas há preços para os residentes, há preços para os conhecidos e há preços para quem lá vai desprevenidamente e depois pagam bem.

«Devo dizer que a Berlenga tem que ser auto sustentável. Eu vou acompanhando mais ou menos o que é que vem – ainda que extrapolando – do orçamento geral do estado para uma ilha que é reserva nacional, sendo uma reserva nacional como tal uma reserva que tem que ser cuidada, e há ali aspetos que eu devo dizer que eu deixo aqui ao senhor Presidente. Aliás, eu muito lhe agradeço a atenção, porque diversas vezes falámos sobre esta situação e quando estive em discussão

pública na altura eu também estive nesta sala, na altura eu ainda cá residia, foi salvo erro em 2006, se a memória não me falha, e já levantei estes problemas e eles continuam.

«O cais recostável precisa de ser francamente melhorado, qualquer dia vai lá haver problemas graves de segurança, também naquele sitio onde está a praia. Depois as pessoas andam ali aos saltos, já houve acidentes graves o ano passado, sei que depois foi retirado mas foi preciso haver um acidente. Nadam ali, há ali pessoas que efetivamente tem usufruto daquele espaço como sendo donos e depois a gente repara quem é quem. Não é? Todos residentes.

«Isto também dos residentes é engraçado. Há os residentes tradicionais. Há os residentes de há muito tempo, não vou por aí. Mas também era bom que a Câmara Municipal, porque aquilo, aquela ilha, pertence ao concelho de Peniche mas é de todos, há que ver bem a zona residencial. Como é que ela surgiu, como é que ela se mantém, e que distingue, há casas de particulares, há casas do Estado, há casa tradicionais de pescadores de barcos de boca aberta que já não existem, há muita coisa que, certamente, muitos dos que aqui estão conhecem.

«Devo dizer também que o parque de turismo, perdão, de campismo, que está na Berlenga tem fraquíssimas condições. Fraquíssimas! Vá lá aquilo ser muito bonito, senão não ia para lá ninguém. E então de instalações sanitárias, estamos falados. E aqui também vou por um aspeto negativo. Lembro-me quando foi da primeira candidatura do Presidente e eu posso dizer, meu amigo António José Correia, que iria melhorar francamente aqueles wc. Isso está por fazer e tem que se fazer, tem que se fazer. Depois também me chegam queixas de que é caro, o espaço, os socalcos, são também são. Mas na ilha, é tudo um bocado caro.

«Por último, o forte ou fortaleza, ou como lhe chamem, o Forte de São João Batista. Aquilo pertence a uma liga de amigos da Berlenga. Aquilo, permitam-me a frontalidade, é mais uma liga dos amigos dos amigos deles! Aquele espaço também tem que ser considerado de frente e tem que ser rentabilizado. Quando aquilo tinha lá umas "enxovias", desculpem me o termo mas é este mesmo, aquilo eram sempre os mesmos que iam para lá. Depois a própria restauração. A ASAE andou por lá, fecha, abre, fecha, abre, fecha... Não se sabe bem como é!

«Depois os guardas da natureza que lá andam. Eles deviam ser guardas da natureza, mas deviam ser... Para já andam com uma farda e deviam respeitar a farda. Não deviam fazer daquilo um bocado estância de férias, mas aquilo também há outras instituições nacionais, designadamente a Marinha que o fazem.

«Segurança noturna deseja. Segurança, designadamente à noite, tem tido problemas. Não sei este ano, a época também está a começar, o que poderá acontecer.

«Depois, parece que embora todo o esforço do atual executivo, lembro-me da distribuição dos capacetes para as pessoas que iriam visitar às grutas, mal o senhor Presidente virou costas, houve alguém que disse que o destino daquilo seria outro. O que é certo é que eu não os vi nunca utilizar os capacetes. Exatamente e vendo isto das visitas às grutas, ver quem é que faz hoje as visitas às grutas, os fundos são perigosíssimos, já lá vi barcos encalhados, barcos, lanchas, havia os velhos que sabiam bem daquilo, os velhos vão desaparecendo, ver que novos é que lá vão fazer essas explorações.

«Enfim! Volto a referir, a Berlenga tem que ser auto sustentável porque sustenta

e bem quem explora a Berlenga, a Berlenga tem que dignificar Peniche, Peniche tem feito tudo para ser dignificado fora, a Berlenga depois também seria muito razoável que se soubesse o que é que sai de quem explora a Berlenga, em termos de IRC ou de IRS. Tenho conhecimento de alguns casos que são autenticamente anedóticos do que é que declararam às finanças do que lá exploraram.

«Depois, e isto é que me preocupa ainda mais, há pessoas que vão para a Berlenga sem o mínimo de noção do que aquilo é, e o ano passado, pelo menos, quantas vezes não foi lá o ISN buscar acidentados, quantas vezes o guarda ou o responsável que a Berlenga tem que ter tem que ser um proactivo, não pode ser um passivo. Quem lá está, fez muito, eu digo os nomes é o senhor Veríssimo, mas tem que ser uma pessoa mais ativa, tem que dizer: “Cuidado, isto não se pode fazer.” Depois, quando vai para lá o *Cabo Avelar*, um sujeito fardado, eu devo dizer que para ir lá passar férias também não vale a pena.

«Muito obrigado pela atenção, quero sempre uma Berlenga melhor, Peniche melhor. Porque vem muita gente à Berlenga e dizem sempre: “É pá, ir à Berlenga outra vez não, não gostei.” E alguns até dizem que o melhor foi a ida e o regresso.

«E depois não esquecer a carga humana, precisamente porque aos fins-de-semana, as pessoas dizem que aquilo lá é insuportável, a praia é pequena, as pessoas junto ao porto é: “Com licença, com licença, deixe-me passar.”. Depois é a miudagem a correr, aos saltos, aos gritos, quer dizer aquilo não pode ser, não pode ser.

«Muito obrigada, mais uma vez.»

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

Passando a Assembleia à apreciação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

##### **Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Agradeceu ao senhor Ângelo Marques (PS) as palavras que lhe dirigiu relativamente ao campeonato do mundo de surf e pediu desculpa por não ter agradecido no momento certo.

Disse que estava à disposição dos membros da Assembleia Municipal para esclarecer qualquer dúvida que a informação possa suscitar.

##### **Vereador Jorge Abrantes (CDU):**

Disse que o que sobressai desta informação, comparando-a com a informação datada de 20 de dezembro de 2011, é a grande evolução que tem havido na redução da dívida. Acrescentou que, na informação de fevereiro de 2012, a dívida era de 12,5 milhões de euros e, na informação de dezembro de 2012, a dívida é de 10,5 milhões de euros.

Informou que o valor da receita do IMI não aumentou, relativamente ao ano de 2011, porque, em abril de 2012, foi publicada uma portaria que determinou a cativação

de 5% dessa receita, para fazer face às despesas da reavaliação geral dos imóveis.

**Paulo Balau (PSD):**

Perguntou qual o vínculo que liga o Município e a construção da sede do Clube Naval de Peniche e do Lar Residencial Porto de Abrigo, uma vez que estas duas obras são referenciadas na informação.

**Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador (CDU):**

Informou que os trabalhadores do Município estão a fazer o acompanhamento técnico destas obras, por solicitação das entidades que as estão a promover e com autorização da Câmara Municipal, estando a sede do Clube Naval de Peniche integrada na Parceria para a Regeneração urbana.

**Paulo Balau (PSD):**

Perguntou porque é que na informação do senhor Presidente da Câmara aparecem fotografias dessas obras e são indicados os valores das adjudicações, uma vez que não existe investimento do Município.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que não se trata da informação do Presidente da Câmara, mas da informação que os serviços fazem relativamente a toda a atividade municipal, onde essas obras se encontram incluídas, concretamente no acompanhamento técnico.

**Paulo Balau (PSD):**

Disse que acha bem o apoio que é prestado pelo Município no acompanhamento técnico destas obras, mas que a maneira como o assunto é apresentado na informação dá ideia de que é o Município que está a fazer as obras, o que pode ser entendido como campanha eleitoral.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que não se trata de campanha eleitoral, mas de prestar contas e de informar sobre o que é executado pelos serviços do Município.

**Anna Clara Rodrigues (PSD):**

Solicitou mais informações sobre o estabelecimento de uma loja bandeira da marca *Rip Curl*, no concelho de Peniche, nomeadamente a sua localização concreta.

Solicitou, também, mais pormenores sobre a reunião com a empresa ESIP, onde o assunto tratado foi a intervenção a realizar na ETAR desta empresa.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Disse que existe uma relação de excelência entre a Câmara Municipal e a ESIP, que se expressa em vários aspetos, nomeadamente na concessão da exploração do entreposto frigorífico.

Informou que a empresa irá integrar mais 30 trabalhadores, a 3 de janeiro de 2013, começando a dar cumprimento ao compromisso assumido de, até 2015. Integrar mais cem trabalhadores.

Acrescentou que outro dos compromissos assumidos foi a execução de obras para melhorar as condições ambientes. Assim, a ESIP apresentou já o projeto para a remodelação da sua ETAR.

Quanto à loja-bandeira da marca *Rip Curl*, informou que estão a ser negociados os termos do contrato para a cedência do terreno em regime de direito de superfície. Acrescentou que a localização será na Avenida da Praia, em Peniche, junto a rotunda de Nossa Senhora da Boa Viagem.

**Sérgio Leandro (CDU):**

Solicitou mais informações sobre a visita técnica e institucional da EDP ao CAR Surf.

Perguntou qual o ponto de situação relativamente à construção da Unidade Autónoma de Regaseificação de Gás Natural.

**Presidente da Câmara, António José Correia (CDU):**

Relativamente ao CAR Surf, informou que se tratou de uma reunião técnica para analisar a proposta da EDP de colocar painéis fotovoltaicos naquele equipamento municipal.

Quanto à UAG, informou que Reconhecimento de Interesse Público (RIP) já foi publicado), havendo o interesse da *Lusitaniagás* em concretizar a construção do equipamento, que será financiado pelo QREN, durante o ano de 2013.

**MARCAÇÃO DE NOVA REUNIÃO:**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que os trabalhos desta sessão prosseguirão no dia vinte e oito de dezembro de dois mil e doze, com a realização de nova reunião, no mesmo local, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, com dispensa de convocação escrita.

**ENCERRAMENTO:**

Sendo zero horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de dezembro, o senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, *Josselene Nunes Teodoro*, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino, nos termos do número dois do artigo nonagésimo segundo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro.